



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

O contexto dos protestos no Brasil a partir da democracia radical e plural¹

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é promover discussões acerca do fenômeno bastante recente visto no Brasil: as manifestações de junho de 2013, que tomaram as ruas de dezenas de cidades espalhadas por vários estados. Se, no começo as reivindicações estavam ligadas ao aumento da tarifa de ônibus em São Paulo e com a repressão policial, com poucos dias, tomou proporções gigantescas, com milhares de pessoas com pautas bastante distintas. Frente a isso, proponho neste artigo uma reflexão do contexto à luz dos autores pós-estruturalistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Ambos colocam o pluralismo como condição de existência da democracia. Para eles, a presença do “outro” nos impede de sermos nós mesmos, isto é, as relações não surgem de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição delas. As mesmas vão ser frutos de cadeias de equivalências, que vão sempre originar hegemonias e antagonismos. Assim, é possível se pensar sobre como essas relações são construídas para que possamos compreender alguns dos fatores deste acontecimento que tem atraído a atenção de muitos pesquisadores.

Palavras-chave: Pluralismo, antagonismo, articulações, protestos

ABSTRACT: The goal of this study is to promote discussions about the fairly recent phenomenon seen in Brazil: the protests of June 2013, which took to the streets of dozens of cities across several states. If at first the claims were linked to increased bus fare in São Paulo and police repression, with a few days, it took gigantic proportions, with thousands of people with very different agendas. Given this, I propose in this article to reflect about the context in the light of poststructuralist authors Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. Both put pluralism as a condition of existence of democracy. For them, the presence of the "other" hinders us from being ourselves, that is, relationships don't emerge from full identities, but from the impossibility of constituting them. They will be fruits of chains of equivalence, which will always lead to hegemonies and antagonisms. Thus, it's possible to think about how these relations are built so that we can understand some of the factors of this fact that has attracted the attention of many researchers.

Keywords: Pluralism, antagonism, articulations, protests.

1 Introdução

O contexto que estamos vivenciando de protestos e tantas indignações nas ruas do Brasil nos fazem refletir sobre a democracia em que vivemos. Muitas pessoas demonstram orgulho ao dizerem que vivemos em um sistema democrático. Então, podemos nos questionar: o que é a democracia para elas? Certamente, nesse contexto, entendem como

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Desigualdades e Teoria Política.

² É jornalista, cientista social e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, está cursando o doutorado em Sociologia na UFPE. Contato: gfalcaoalmeida@gmail.com.

liberdades individuais e liberdade de expressão. O voto direto transmite a ideia de que temos a possibilidade de colocar no poder quem quisermos e, ao mesmo tempo, de que nossa responsabilidade se encerra nas urnas. Porém, o que temos visto desde junho é evidência de uma grande insatisfação com nosso sistema político representativo. O filósofo Vladimir Safatle, chega a colocar em entrevista concedida a Gabriel Bonis (2013), da revista Carta Capital: “As pessoas não se sentem mais representadas. Isso é algo global. Aparece em vários locais do mundo, até da mesma maneira em relação aos partidos políticos e à imprensa”.

O cenário que começou com a questão do aumento das passagens acabou, em poucos dias, tomando proporções gigantescas e, em meio à repressão policial em São Paulo e à desigualdade social evidenciada pela Copa das Confederações, passaram a surgir inúmeras pautas reivindicativas. Em redes sociais, notadamente o Facebook, o que mais se via era a frase proferida por muitos jovens: “O gigante acordou”, acompanhada da chamada para o ato do dia 20 de junho em diversas cidades. Cheguei a ver numa página do Facebook os seguintes dizeres: “É preciso gritar pelo Brasil. Se você precisa de um tema para justificar sua manifestação, aceite esse: o povo brasileiro acordou da passividade que levou o país ao ponto caótico que está! Basta!”.

Mas, com o passar dos dias vendo tudo isso e, depois do dia 20, fiquei bastante confusa. Não me saía da cabeça: o que estava levando a sociedade às ruas? É evidente que a indignação é grande. Mas, sabemos que a insatisfação de um grupo de médicos que está ali lutando contra a vinda de médicos estrangeiros é diferente da reivindicação de estudantes pelo transporte de qualidade. Os primeiros, certamente, nem de transporte público andam enquanto os segundos sonham com um salário que chegasse à metade dos médicos. Ou, ainda, tivemos manifestantes contrários à Cura Gay enquanto, no mesmo ato, havia evangélicos que, provavelmente, eram favoráveis ao projeto. Isso são pequenos exemplos da pluralidade nesses espaços.

Diante de um cenário em que não são mais apenas os movimentos sociais com suas pautas definidas que estão tomando as ruas, coloco como objetivo deste artigo uma reflexão do contexto à luz dos autores pós-estruturalistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A autora belga, em grande parte de seus textos, foca-se na questão do pluralismo como condição de existência da democracia. Ambos os autores, na obra “Hegemonia y Estrategia Socialista: Hacia una racialización de la democracia”, colocam:

A sociedade não consegue nunca ser idêntica a si mesma, porque todo ponto nodal se constitui no interior de uma intertextualidade, que vai além dele. A

prática da articulação consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante excedente de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 130).

As articulações em torno de pontos nodais decorre do fato de que temos identidades puramente relacionais, pois toda experiência depende de posições discursivas. Podemos refletir sobre a construção discursiva das identidades e, nos termos de Mouffe, pensarmos as posições de sujeito, que são contingentes e não estão dadas.

Diante dessas ideias, Laclau e Mouffe colocam o pluralismo como condição de existência da democracia. Para eles, a presença do “outro” nos impede de sermos nós mesmos, isto é, as relações não surgem de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição delas. De que forma podemos visualizar o pluralismo, nesses termos, nos protestos? Ou, ainda, podemos visualizar isso nos protestos? Será que podemos perceber articulações e fixações parciais de identidades no que eles denominam de pontos nodais? Quais são as cadeias de equivalência que podemos perceber?

Para respondermos a essas questões, precisamos antes entender as lutas sociais no Brasil e o contexto político. É importante termos em mente que estamos diante de um fenômeno extremamente novo de mobilizações nas ruas que não foram, necessariamente, convocados pelos movimentos organizados tampouco estiveram unificados em torno de uma única pauta³. Além da heterogeneidade, podemos destacar a horizontalidade, evidenciada pela falta de lideranças, inclusive, partidárias, bem como o caráter espontâneo, pois muitas manifestações foram convocadas pelas redes sociais, estando presentes ali milhares de cidadãos que nunca haviam participado de mobilizações.

2 Sociedade civil e análise da conjuntura brasileira

Partindo do conceito que o filósofo alemão Jürgen Habermas utiliza para descrever a esfera pública, temos que:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em

³ Devido ao fato de estarmos diante de um fenômeno extremamente novo, ainda não temos produções bibliográficas abordando-o. O que encontramos foram artigos na internet e o livro cujo título é “Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil”, que aparecerá bastante nas nossas referências. Trata-se de um conjunto de textos de diversos autores discutindo os protestos a partir de diferentes perspectivas.

opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2003, p. 92).⁴

É nela onde se luta por influência através do agir orientado para o entendimento mútuo, permeado pela troca de argumentos, que o autor pontua como a ação comunicativa. É central na abordagem dele a racionalidade, que é a capacidade de fundamentar e justificar as ações nos contextos comunicativos. Para que o conceito da racionalidade seja clareado, é preciso que se estudem as condições que devem ser cumpridas para que se chegue comunicativamente ao consenso (HABERMAS, 1981). Temos aí princípios normativos da democracia defendida por ele, o modelo deliberativo, que, segundo o autor, as deliberações realizam-se de forma argumentativa, sendo marcadas pela inclusão e pela abertura do espaço, além da liberdade em relação às coerções internas e externas. As tomadas de posição são, dessa forma, movidas exclusivamente pela força não coercitiva do melhor argumento. Habermas, baseando-se em Cohen, acrescenta que as deliberações políticas devem levar em conta a decisão da maioria, abrangendo todas as matérias possíveis de regulação, tendo em vista o interesse de todos (COHEN, 1954 apud HABERMAS, 2003, p. 30).

A partir do conceito, o autor insere a discussão em torno da sociedade civil que, em sua concepção, é formada por movimentos, associações e organizações livres, não-estatais e não econômicas, tendo como propósito fundamental captar os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, ao mesmo tempo em que os transmite às instâncias de tomada de decisão (HABERMAS, 2003, p. 99). Percebemos, então, que a sociedade civil é marcada por uma pluralidade de sujeitos e de reivindicações. Ele pontua que o sistema político se conecta com a esfera pública e com a sociedade civil através das atividades dos partidos políticos e da atividade eleitoral dos cidadãos. Temos aí, portanto, princípios normativos da democracia que estão inseridos no Estado democrático de direito. Segundo Lígia Helena Hahn Lüchmann (2011, p. 131), atuar e assumir papéis de representação implica na promoção de um pressuposto central da democracia deliberativa, qual seja, o estabelecimento de conversas com os que pensam diferente ou a abertura para ouvir o outro lado. No entanto, essa perspectiva, bastante presente no pensamento habermasiano, é duramente criticada por autores que trabalham mais com a dimensão conflitual das relações sociais, como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que abordarmos neste trabalho.

⁴ Itálicos do autor.

De acordo com Ilse Scherer-Warren, no mundo globalizado contemporâneo, podemos perceber alguns ideários que têm permeado as demandas e lutas dos mais variados movimentos sociais: a ampliação da democracia por meio da participação da sociedade civil organizada, o alargamento dos processos de inclusão social e de reconhecimento de diferenças socioculturais e a institucionalização dessas demandas em direitos humanos e de cidadania (SCHERER-WARREN, 2012, p. 115). Para analisar os movimentos sociais e a geração de novos direitos no Brasil, a autora parte da seguinte premissa:

[...] As maiores ou menores possibilidades de geração de novos direitos em uma sociedade estará relacionada à existência ou não de um Estado democrático de direito que permita manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas materiais e simbólicas através de movimentos sociais, grupos de pressão institucional e/ou representantes da própria esfera estatal (SCHERER-WARREN, 2012, p. 216).

Assumimos, então, o pressuposto de que temos no Brasil uma série de princípios que o caracterizam como um Estado democrático de direito, que garante à população o livre associativismo, dentre outros direitos sociais. Vivenciamos uma democracia representativa, marcada pelos processos eleitorais e por pressões dos movimentos sociais em torno de diversas pautas, que nem sempre são atendidas.

Scherer-Warren (2012, p. 117) pontua que em países como o Brasil, as lutas e reivindicações da sociedade civil organizada direcionam-se a várias dimensões dos direitos, que nem sempre são cumpridos, entendidos por: direitos civis (ainda não são universais para a população brasileira, como a falta de registro civil ou o tráfico de pessoas), direitos políticos (nem sempre observados, como constantes tentativas de criminalização dos movimentos sociais), direitos socioeconômicos (como na falta de garantia no mundo do trabalho, além de trabalho escravo e infantil), direitos culturais (como nas dificuldades de garantias contra casos de homofobia e discriminação étnica, racial e outras), direitos ambientais, por qualidade de vida, pela segurança pessoal, coletiva e pela paz, entre outros. Vemos a pluralidade de problemas sociais e uma série de pautas de reivindicações da sociedade civil brasileira. No artigo 6º da nossa Constituição Federal, são declarados como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, bem como a assistência aos desamparados. É importante termos em mente esses direitos para entendermos as manifestações que aconteceram em diversas cidades, levando mais de um milhão de pessoas às ruas, e que continuam repercutindo politicamente no país.

As manifestações começaram em São Paulo devido ao aumento de R\$0,20 na tarifa dos ônibus. O reajuste foi feito em um período em que, certamente, os políticos acreditavam que ia passar despercebido, pois o país era para estar em êxtase por causa da Copa das Confederações. No entanto, o resultado foi o contrário: centenas de pessoas foram às ruas protestarem, sendo alvo de uma polícia altamente repressora. O acontecimento gerou um “efeito dominó” e, em poucos dias, diversas cidades passaram a realizar atos em apoio à causa de São Paulo. Porém, com a mesma rapidez e intensidade, foi veiculada a mensagem que não era apenas por causa dos vinte centavos que se estava lutando. Por trás desse valor, estava uma série de insatisfações com as políticas públicas e os diversos investimentos dos governos, em diferentes esferas. A população dá nítidas demonstrações da indignação com o descaso dos representantes governamentais em relação a diversas políticas públicas. A cidade, nesse contexto, torna-se o *locus* da violação dos direitos sociais com a emergência de graves problemas: falta de investimentos na saúde e na educação, aumento da criminalidade, vias públicas intransitáveis, seja pela falta de pavimentação, seja pelos engarrafamentos quilométricos, entre outros problemas.

É nas cidades onde se tem valorizado exacerbadamente os bens materiais, sobretudo através da diminuição dos impostos nas compras dos carros em detrimento da valorização do transporte coletivo. A qualidade de vida de boa parte da população encontra-se seriamente comprometida. Podemos constatar pessoas presas em trânsitos intermináveis em ônibus lotados ou, mesmo, isoladas dentro dos seus automóveis, muitas vezes, com medo da violência urbana. O que está em jogo aí não é apenas a relação dos indivíduos com as cidades onde vivem, mas, principalmente, suas dignidades. Quando não existe uma mobilidade urbana eficiente, a vida de muitos cidadãos se restringe a ir e voltar dos seus trabalhos, passando horas se deslocando, tendo, portanto, diversos direitos sociais violados.

No texto “É a questão urbana, estúpido!”, Ermínia Maricato pontua:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, lazer iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p. 19-20).

Nessa mesma perspectiva, David Harvey (2013, p. 32) pontua que o direito à cidade não pode ser entendido como algo individual, pois demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais.

Frente a isso, o aumento da tarifa funcionou como um estopim para eclosão das manifestações de uma parte da população, que sente a necessidade de ser ouvida e que quer exigir seus direitos de cidadãos que, inclusive, pagam expressivos impostos e não vêem o dinheiro investido em melhorias sociais. Nesse contexto, o grande impulsionador dos protestos foi o Movimento Passe Livre (MPL), que nasceu em 2005 a partir das manifestações que ocorreram em Salvador em 2003 (conhecida por Revolta do Buzu) e em Florianópolis em 2004 (Revolta da Catraca). Apresenta-se como um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem qualquer instância superior (PASSE LIVRE, 2013, p. 15). O movimento colocou no debate político a proposta da tarifa zero, ou seja, transporte público gratuito. Na perspectiva de João Alexandre Peschanski (2013, p. 60): “A proposta reúne então valores desejáveis a uma alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade”. Ele coloca como impactos positivos da tarifa zero a drástica diminuição dos custos sociais relacionados à poluição e ao trânsito a partir do momento em que o principal meio de transporte deixa de ser o automóvel individual. Com isso, diminuiriam uma série de doenças respiratórias e, conseqüentemente, os gastos médicos para o cidadão e para o Estado. Além disso, diminuiriam as despesas relacionadas ao uso do automóvel em massa, como a manutenção de uma rede de fiscais de trânsito, necessária para organizar cidades com tráfego intenso, como também os custos com internações em hospitais públicos das vítimas de acidentes (PESCHANSKI, 2013, p. 61). Na perspectiva de Jorge Luiz Souto Maior:

As mobilizações pelo país, com toda a sua complexidade, não deixam dúvida quanto a um ponto em comum: a população quer mais serviços públicos e de qualidade. Querem a atuação de um Estado social, pautada pelo imperativo de uma ordem jurídica que seja apta a resolver a nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social (SOUTO MAIOR, 2013, p. 83).

Podemos acrescentar isso a uma crise de representação política que, segundo Venício A. de Lima (2013, p. 92), é um sinal de esgotamento de instituições tradicionais das democracias participativas, não sendo um fenômeno exclusivamente brasileiro. A população parece não acreditar nesse sistema em que atores políticos, distribuídos nos três poderes:

Executivo, Legislativo e Judiciário, vão deliberar racionalmente, conforme pontua a teoria habermasiana, a partir de leis, que foram baseadas em decisões consensuais. A sociedade também quer ter o seu papel de protagonista, isto é, quer ter o direito de participar e influenciar nas decisões. No caso da tarifa do transporte público, por que não convocá-la para saber o que pensa? O problema é que o nosso modelo de democracia, a representativa, acaba transmitindo a idéia de que o nosso poder de decisão acaba nas urnas. Essa insatisfação foi tamanha que, no discurso que Dilma Rousseff proferiu após os protestos, a presidenta se comprometeu, dentre outras medidas, a convocar a população através de referendo ou de plebiscito para se definir sobre a reforma política. Embora saibamos que não depende apenas dela, mas sim de diversas alianças e articulações políticas no Congresso Nacional, é preciso reconhecermos que essa medida foi uma resposta direta às manifestações de junho. Na perspectiva de Leonardo Sakamoto (2013, p. 100): “Há um déficit de democracia participativa que precisa ser resolvido. Só votar e esperar quatro anos não adianta mais. Uma reforma política que se concentre em ferramentas de participação popular pode ser a saída”.

A Copa das Confederações estava imersa nos problemas urbanos, que colocou em evidência a chocante desigualdade social brasileira. Estádios de bilhões de reais dividem vizinhança com favelas e populações extremamente carentes ou, em muitos casos, essas populações foram retiradas de suas comunidades e receberam indenizações irrisórias para deixarem suas casas em nome da Copa e da Fifa. Carlos Vainer (2013) pontua que não só a Copa do Mundo, como também as Olimpíadas de 2016 colocaram mais “lenha na fogueira” da revolta popular. Segundo ele (VAINER, 2013, p. 39): “As populações mais pobres se vêem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade”. Enquanto a sociedade sofre com todos os problemas citados neste texto, o dinheiro público é utilizado para construir inúmeros elefantes brancos, além de transformar várias capitais em canteiros de obras, tornando a mobilidade urbana ainda mais caótica em nome de um evento que, certamente, não será acessível para uma grande parte dos brasileiros. Entrou em questão aí também a falta de autonomia do governo perante a Fifa, que em nome do seu tão falado padrão de qualidade, impediu, por exemplo, o comércio local próximo e dentro dos estádios durante as partidas. A exceção aconteceu no caso de Salvador, em que algumas baianas, cadastradas, puderam vender os acarajés.

Essas questões apontadas no presente texto tomaram proporções gigantescas através da internet, principalmente, do Facebook e do Twitter. Na rede, houve uma explosão de manifestações de, muitas vezes, uma massa que nem ao certo sabia o que realmente queria reivindicar. Segundo Sakamoto:

Muitos desses jovens estão descontentes, mas não sabem o que querem. Apenas o que não querem. Neste momento, por mais agressivo que sejam, boa parte deles está em êxtase, alucinada com a diversão que é estar na rua e com o poder que acreditam ter nas mãos. Mas, ao mesmo tempo, com medo. Pois, cobrados de uma resposta sobre suas insatisfações, no fundo, no fundo, conseguem perceber apenas um grande vazio (SAKAMOTO, 2013, p. 100).

Podemos ver claramente como consequência das manifestações nas ruas a emergência de diversas identidades e de variados discursos veiculados na internet. É a partir de mensagens expostas nos cartazes que pretendemos tornar mais claro os conceitos dos teóricos a serem abordados adiante: Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Apesar da falta de uma pauta unificada (havia várias), é preciso ressaltar a revogação em diversas cidades dos aumentos das tarifas ou, mesmo, diminuição delas, como foi o caso do Recife e da Região Metropolitana, em que o governador diminuiu em R\$0,10 as passagens. Outras cidades ainda tiveram a aprovação do passe livre estudantil. Além disso, podemos perceber medidas governamentais, como a vinda de médicos estrangeiros na tentativa de melhorar a saúde pública. Porém, as manifestações prosseguiram, mostrando que ainda há muito o que se reivindicar.

3 Pluralismo democrático

A filósofa belga Chantal Mouffe coloca o modelo do pluralismo agonístico como alternativo ao conceito de democracia deliberativa. A estudiosa argumenta que o conflito, a paixão e o político são elementos fundamentais da democracia. Além disso, pontua a existência de relações de desigualdade e de poder presentes na democracia. Dessa forma, a política não é entendida como resultado apenas de debates racionais, mas que envolve emoções.

A autora afirma que é preciso vislumbrar a democracia a partir das práticas e não nas formas de argumentação, tais como os deliberativos defendem. Em sua perspectiva, reconhecer o pluralismo significa admitir os limites do consenso e o fato de que a deliberação pública, livre e desimpedida de interesses pessoais é uma impossibilidade na democracia.

Mouffe acrescenta que uma democracia que funcione bem clama pelo confronto nas posições políticas (2005). Em sua visão, o consenso deve existir como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder, sempre acarretando alguma forma de exclusão. Frente a isso, é colocada a necessidade de um modelo que aborde o poder e o antagonismo como questões centrais na democracia, que ela coloca como o “pluralismo agonístico”. Para apresentar o que representa esse modelo, ela faz uma distinção importante entre a política (*politics*) e o político (*political*):

Por “o político” refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A ‘política’, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Ela acrescenta que, para formular a questão central para a política democrática, é preciso reconhecer a referida dimensão do “político” e entender que a “política” consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o antagonismo em potencial que existe nas relações humanas. Dessa forma, não se pode resolver os desacordos presentes nas discussões a partir da deliberação racional. O modelo que ela defende propõe que o antagonismo (a luta entre inimigos) seja transformada em agonismo (luta entre adversários).

Segundo a autora, a abordagem do pluralismo agonístico é mais receptiva à multiplicidade de vozes e à complexidade da estrutura social de poder. E, a partir do momento em que aceitamos que relações de poder são constitutivas do social, a principal questão da política democrática passa a constituir formas que sejam mais compatíveis com os valores democráticos e não em como eliminar o poder (tal como os deliberativos) (MOUFFE, 1999, p. 753).

Mais de dez anos antes de escrever os textos sobre o pluralismo agonístico, que colocamos neste texto, Mouffe, em 1985, publicou junto com o também filósofo Ernesto Laclau o livro “Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia”⁵. Nele, os autores analisam com profundidade o modelo que eles propõem de democracia radical, a democracia radical e plural, constituído pelo discurso, por antagonismos, cadeias de equivalência, diversos tipos de articulação e por relações hegemônicas.

Laclau e Mouffe, como dois teóricos inseridos na tradição pós-estruturalista, têm como ponto inicial de suas ideias o pressuposto de que a realidade é discursivamente

⁵ A edição que utilizamos, no entanto, é de 1987.

construída. Isso está ligado diretamente à concepção de sujeito que, diante dessa ideia, não pode ser constituído por uma única identidade, dada antes do discurso. Para os autores, estamos diante de identidades discursivamente construídas, como eles explicam: “Sempre que em um texto utilizarmos a categoria de ‘sujeito’, faremos no sentido de ‘posições de sujeito’, no interior de sua estrutura discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 132). Isso nos remete ao fato de que estamos diante de uma pluralidade de identidades, ideia abordada por Mouffe ao discorrer sobre o sujeito democrático e o pluralismo agonístico. Temos, portanto, identidades puramente relacionais, pois toda experiência depende de posições discursivas.

Nesse contexto, o discurso acaba por se constituir como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, para deter o fluxo das diferenças, para constituir um centro. Os autores denominam esses pontos discursivos privilegiados de fixação parcial de pontos nodais.

Entendida essa questão de como se constitui o sujeito democrático, a partir da pluralidade de sentidos e identidades, podemos perceber que nas relações sociais acaba por emergir o antagonismo. Os autores pontuam que a presença do “outro” nos impede de sermos nós mesmos, isto é, as relações não surgem de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição delas. Um exemplo que eles dão é sobre o camponês que não pode ser camponês porque existe um antagonismo com o proprietário que o expulsa da terra (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 145). Os antagonismos, então, estabelecem os limites da sociedade, ou seja, a impossibilidade desta constituir-se plenamente.

É nessas disputas antagônicas que ocorrem constantemente na sociedade que se estabelecem cadeias de equivalência em torno de algum ponto pela negatividade. Podemos utilizar o exemplo das feministas ligadas a diversos grupos e que convergem em torno de algo que não são: contrárias ao aborto. Embora tenham opiniões distintas acerca do assunto, não são contrárias a ele. Temos aí uma cadeia de equivalência, em que as características se unem em torno de um determinado ponto nodal. O preenchimento desse centro, que constituem significantes vazios, se dá, portanto, através de lutas hegemônicas e, por isso, antagônicas. Trata-se de uma lógica de simplificação do espaço público, conforme eles pontuam. Essa ideia está presente nos protestos de junho, cujos sujeitos políticos eram oriundos dos mais variados segmentos da sociedade e extremamente plurais, inclusive, com reivindicações muito distintas.

Percebemos, então, que o antagonismo se deve a essa pluralidade de identidades, que não ser fixadas nas cadeias de equivalências. Porém, isso vai implicar que tenhamos uma

multiplicidade de possíveis antagonismos, que vão ser construídos discursivamente e que, portanto, teremos convergências contingentes. Podemos dizer que obteremos como resultado desses processos o que Mouffe colocou de consenso conflituoso e temporário. Na concepção dos autores, em vista desse caráter incompleto e aberto do social, temos um campo de práticas articulatórias antagônicas que constituem a hegemonia⁶.

Eles acrescentam que toda prática social é, em uma de suas dimensões, articulatória. É o que eles explicam:

Apenas a presença de uma vasta região de elementos flutuantes e sua possível articulação a campos opostos – o que implica a constante redefinição destes últimos – é o que constitui o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras, não se pode estritamente falar de hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 157).

Vimos, diante do exposto, o caráter de constante construção não apenas das identidades, mas dos antagonismos e, assim, das lutas democráticas, que são permeadas por processos de articulações hegemônicas. Percebemos que o conceito de pluralismo abordado posteriormente por Mouffe está ligado por completo a essas noções.

Um fato interessante aconteceu no Recife: duas semanas após os protestos de 20 de junho, que levou cerca de 100 mil pessoas às ruas, a oposição do sindicato dos rodoviários do Estado deflagrou uma greve que durou toda a semana. Motoristas e cobradores cruzaram os braços, exigindo melhores salários e benefícios trabalhistas mais justos. Porém, não tiveram o apoio da diretoria do sindicato que, na visão deles, sempre fazia acordos com os empresários, ignorando as mudanças de que os trabalhadores tanto necessitavam. Apesar de o governador do Estado ter declarado ser contrário à greve e ter disponibilizado a Polícia Militar para intervir, o movimento ganhou o apoio de uma importante parcela da população, que se identificou na luta por um transporte público de qualidade. Mesmo não tendo conseguido toda as exigências, o movimento parece ter saído fortalecido para continuar na luta, ganhando o respaldo da sociedade.

4 Análise das mensagens transmitidas nos protestos a partir do pluralismo democrático

Para entendermos melhor essa discussão teórica, recorreremos a algumas imagens disponíveis na internet, em que mostram os manifestantes com os mais variados cartazes com

⁶ Para aprofundar essa questão, faz-se necessária a leitura das obras do teórico italiano Antonio Gramsci, que foi em quem Laclau e Mouffe se inspiraram.

diferentes reivindicações⁷. Vemos a partir daí a emergência da pluralidade e torna-se bastante nítido que a luta não era apenas pela redução das tarifas de ônibus que, inclusive, já tinham sido atendidas em várias cidades. Utilizamos também as imagens dos protestos no Recife e agrupamos por temáticas⁸. Em relação à **educação** e à **saúde**, temos: “Quantas escolas cabem na arena?”, “O povo não é jumento. Universidade não é estacionamento”, “+ Saúde, + Educação, - Corrupção”, “SOS Educação e Saúde” e “Queremos escolas e hospitais no padrão Fifa”. Percebemos, primeiramente, que se tratam de serviços públicos básicos e que unem a população para reivindicar por seus direitos sociais, conforme são assegurados pela nossa Constituição. Essas áreas, provavelmente, vão revelar pontos nodais, frutos de articulações e de antagonismos para se dizer quais são as políticas prioritárias. Ao abordar a questão do estacionamento em um cartaz e, no outro, o padrão Fifa, vemos a indignação em relação à extrema desigualdade social evidenciada na Copa das Confederações e que virá ainda mais à tona na Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas em 2016. Essa reivindicação do estacionamento diz respeito ao fato de que, num dos jogos, a Universidade Federal de Pernambuco serviu de estacionamento para muitos torcedores deixarem ali seus carros e seguirem para o estádio. Por conta disso, o reitor suspendeu as aulas daquela tarde e noite, causando indignação em uma parte da comunidade acadêmica. Isso evidencia diversos pontos de tensão.

Sobre o **transporte coletivo**, temos: “Enfia os R\$0,10 no SUS”, “Transporte público de qualidade”, “Com R\$0,10 não se paga nem um dudu” e “#10centavosnãomecompra”. A temática relacionada ao fato de o governador de Pernambuco Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ter baixado a tarifa do transporte público no Recife e na Região Metropolitana em R\$0,10. Porém, a população foi às ruas para mostrar que isso não foi o suficiente e confirmou que os pontos nodais da causa em todo o país iam muito além dos R\$0,20. Eram lutas em nome da efetivação e ampliação dos direitos sociais, que passa necessariamente por medidas políticas.

Tivemos também pautas que estavam em voga no momento: a votação no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que daria o poder exclusivo de realizar investigações criminais à polícia, retirando assim a possibilidade do Ministério Público. Isso estava evidenciado no cartaz que dizia o seguinte: “Não à PEC 37”. Além disso, o nome do pastor da Assembleia de Deus e deputado federal Marcos Feliciano, presidente da Comissão

⁷ Imagens disponíveis no site de buscas www.google.com.br.

⁸ As frases nos cartazes foram copiadas em sua íntegra.

de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que queria aprovar o projeto da Cura Gay, surgiu em cartazes: “Mais amor e menos pastor” e “Fora Feliciano”. Como resultado da pressão popular, foram arquivadas tanto a PEC 37 quanto o projeto da Cura Gay. Feliciano deixou claro que voltará a se articular nos próximos anos. Mas, pelo menos por enquanto, a população dá demonstrações de não deixar passar.

Vemos também lutas de segmentos mais específicos, como os enfermeiros e os médicos. Mesmo lutando pela melhoria do sistema de saúde, sabemos que ambas as categorias têm pautas distintas, inclusive, reivindicações salariais diferentes.

Um dos cartazes evidenciava muito bem a luta pelo direito à cidade, posto anteriormente neste artigo: “Eu ❤️ Recife, mas não sou correspondida”. Essa frase é uma paráfrase do slogan veiculado pela prefeitura da cidade: “Eu ❤️ Recife”. Podemos questionar: como é possível amar uma cidade em que os direitos sociais, como a mobilidade ou a segurança, encontram-se em situações lamentáveis?

Sobre a **crise de representatividade**, temos “Você escolhe ou escolhem por você?” e, ainda, o discurso que acabou saindo: “Fora Dilma”. Temos no primeiro cartaz um questionamento interessante, sobretudo, para nos fazer pensar sobre a nossa democracia representativa, que tenta limitar a nossa participação ao momento das escolhas eleitorais. Porém, é preciso que saibamos reconhecer que diversos políticos foram eleitos legitimamente pela população, inclusive a presidenta Dilma Rousseff, e pode não ter sido apropriado naquele momento um discurso pela sua saída. Foi a partir desse viés que remete a atitudes políticas oportunistas que o MPL decidiu se retirar das manifestações das ruas, deixando claro que suas lutas se dariam em outros espaços, pois acreditavam que aqueles já tinham se esgotado.

Esse discurso de representatividade está diretamente relacionado ao do **nacionalismo**. Em alguns cartazes, havia mensagens como: “Verás que um filho teu não foge à luta”, “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”, “Vem para rua” e a famosa “O gigante acordou”. Essas mensagens passam a ideia do discurso quase sempre adotado pela mídia: o da corrupção. Os meios de comunicação, sobretudo a Globo e a Veja, parecem, com frequência, associar a corrupção à esfera política, sobretudo às gestões petistas. E a população, muitas vezes, adota esse discurso, sem parar para refletir que a corrupção está instaurada nas relações cotidianas. No entanto, é preciso ressaltarmos que isso não anula o fato de que muitas pessoas se uniram em torno desse ponto de indignação.

Como podemos ver, tivemos as mais diversas pautas de insatisfações da população, como também cadeias de equivalências que, assim como pontuamos anteriormente, estavam todas, de certa forma, ligadas à questão dos direitos sociais. As pessoas passaram a se unir, deixando suas reivindicações específicas de lado para construir pontos nodais, guiados pelas lógicas de equivalência, conforme abordam Laclau e Mouffe. Muito provavelmente, as seleções dessas pautas se deram dentro de lógicas articulatórias, frutos de antagonismos, que constituem a hegemonia. Certamente, algumas exigências específicas de diversos grupos foram deixadas de lado para que outras se sobressaíssem. Temos o que Mouffe coloca como consenso conflituoso, resultado de uma hegemonia provisória, que sempre acarreta alguma forma de exclusão. A partir de significantes vazios que integram o centro das cadeias de equivalência, percebemos aí pontos nodais e hegemonias altamente contingentes e conjunturais. Essas pautas, daqui a alguns meses, já poderão ser outras.

5 Considerações gerais

Conforme foi explicitado no presente texto, vivenciamos no Brasil um fenômeno social extremamente novo, de caráter espontâneo, heterogêneo e horizontal e que, rapidamente, tomou grandes proporções, visto pela última vez em 1992 nos protestos em prol do impeachment de Fernando Collor de Melo. Um dos aspectos que impressionou foi em relação à faixa etária dos manifestantes: muitos jovens que, provavelmente, nem tinha nascido naquela fase. Porém, uma coisa parecia estar clara: a indignação em relação à efetivação dos direitos sociais, negligenciados por uma boa parcela da classe política, bem como uma crise da democracia representativa que vivenciamos no Brasil.

Se, por um lado, temos uma dimensão normativa da democracia, pontuada neste artigo pela teoria da democracia deliberativa, marcada pela racionalidade e pelo consenso a partir da troca argumentativa proposta por Habermas, temos a dimensão ontológica, trabalhada por Laclau e Mouffe por meio da democracia radical e plural que nos mostra que, na realidade, a política é feita por diversas alianças, nem sempre tão consensuais como a deliberação postula. As manifestações evidenciaram, então, uma crise nesse sistema de representação, fazendo que os políticos fossem forçados a entenderem que uma parte do povo exige a efetivação de políticas públicas e, mais do que isso, exige ser protagonista no jogo político e transmite a mensagem de que não precisa estar inserida em movimentos sociais organizados para reivindicar os direitos.

A pluralidade de identidades e de discursos vistas nos protestos traz à tona a necessidade de se questionar a democracia como sistema político que proporciona a igualdade, bem como a racionalidade como o meio de se constituírem as relações entre os sujeitos políticos. É preciso vislumbrarmos a democracia como *locus* de articulações discursivas. Mouffe (2005, p. 21) acrescenta ainda que é preciso mobilizarmos as paixões da esfera do político em prol de desígnios democráticos, mostrando assim que a política não deve eliminar essa dimensão das emoções nas relações entre os sujeitos políticos. No entanto, concordo com a socióloga Roseane Xavier que, no texto “Ensaio sobre a estranheza: impressões sobre os protestos recentes no Brasil”, afirma: “E, se de um lado a pluralidade é importante, por outro é possível que toda sociedade precise acreditar em algo que lhe dê unidade, que a faça sentir um conjunto”.

Ainda é cedo para sabermos se haverá outras manifestações nas ruas como as que vivenciamos em junho, como também se, novamente, veremos as pessoas indo além do ativismo das redes sociais, como o Facebook ou do Twitter. Mas, podemos, diante das posturas políticas após esse período (como, dentre outros, o próprio discurso da presidenta ou das medidas adotadas por Geraldo Alckmin e Fernando Haddad em São Paulo), adotar a frase escrita em um dos cartazes: “20 centavos de mudança”.

6 Referências

BONIS, Gabriel. **Protestos mostram esgotamento da democracia parlamentar liberal, defende Safatle**. Carta Capital, 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/protestos-mostram-esgotamento-da-democracia-parlamentar-liberal-defende-safatle-6118.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Volume I. Madrid: Taurus, 1981.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [orig. 1992].

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987 [orig. 1985].

LIMA, Venício A. de. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Associativismo civil e representação democrática**. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOUFFE, Chantal. **Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?** *Social Research*, 1999, Vol. 66, n. 3: 745-758.

_____. **Por um Modelo Agonístico de Democracia**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, Nov. 2005, Vol. 25: 11-23.

PASSE LIVRE, Movimento. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo** In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real**. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. **Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas** In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro**. In: GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais**. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

XAVIER, Roseane. **Ensaio sobre a estranheza: impressões sobre os protestos recentes no Brasil**. *Revista Será?*, 2013. Disponível em: <<http://revistasera.info/ensaio-sobre-a-estranheza-impressoes-sobre-os-protestos-recentes-no-brasil/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.